

OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ NAS AULAS DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA EXERCITAR A CIDADANIA NA ESCOLA

Carolyne do Monte De Paula¹

UFPE

carolynedomonte@gmail.com

A atuação dos professores de história para com a temática afro-brasileira enfrentou e enfrenta diversas problemáticas apesar da Lei 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade desse ensino. Vivenciamos embates quando somos engajados com temáticas que dão destaque às culturas afro-brasileiras e as religiosidades que as envolvem, lutamos contra discursos que ferem o compromisso ético da Educação no reconhecimento de uma nação diversa, na promoção do respeito a essa diversidade como parte de uma educação para cidadania. Na perspectiva de criarmos estratégias para fazermos os enfrentamentos cotidianamente necessários à superação destes embates e discursos, consideramos que o estreitamento entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial é um caminho para ampliar perspectivas de abordagens na sala de aula sobre um tema ameaçado, e atuar sobre tentativas de silenciamento dos “outros” na escola, bem como reafirmar nosso compromisso com uma educação valorizadora das diferenças, a partir da ótica das relações étnico-raciais. É com esse olhar que desenvolvemos projeto de intervenção a respeito do ofício das baianas de Acarajé, prática histórico/cultural fundamental para construção e afirmação das identidades negras, inscrito no livro de saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Intencionamos junto aos alunos contribuir para o conhecimento e o aprimoramento da interpretação das narrativas históricas, relacionadas às memórias dos grupos afrodescendentes e suas reivindicações. Assim sendo, nos baseando em uma metodologia direcionada à resolução de problemas, desenvolvemos uma sequência de

¹ Professora de História do ensino básico em Recife, Mestranda em Ensino de História (PROFHISTÓRIA-UFPE),

atividades nas quais duas turmas de 9º ano dos anos finais do ensino fundamental discutiram o processo de patrimonialização desse ofício numa atividade mobilizadora do engajamento político dos estudantes no ambiente escolar. Nessa perspectiva dividimos o texto em três partes: na primeira discutimos a relevância formativa da temática afro-brasileira a partir da educação patrimonial para aprendizagem histórica, na segunda apresentamos algumas considerações sobre o processo de patrimonialização do Ofício das baianas de acarajé e na terceira apresentamos os encaminhamentos da proposta didática desenvolvida.

Identidade, memória e cultura afro-brasileira

É possível pensar a história do Brasil sem pensar nos afrodescendentes? Responsáveis por grande parte da produção de nossa cultura. Notados em estudos que reconhecem essa contribuição nos mais diversos aspectos como linguagem e culinária. Mas nessa história encontram-se momentos marcados pelo darwinismo social, políticas de higienização, branqueamento e escravidão.

Desde o período colonial existiram irmandades que se organizavam para auxiliar afro descendentes, assim como sociedades beneficentes e sociedades recreativas no período republicano. Estas últimas vão procurar eliminar os chamados vícios da raça (negra). Tais organizações contribuem para a formação de uma elite letrada negra, e desembocarão na Frente Negra brasileira em 1931 e no Movimento Negro Unificado em 1978. Os problemas sociais vividos por grande parte da população negra como violência, pobreza e miséria, começam a encontrar suas origens, e tornam-se o estímulo de lutas pelas décadas que se seguem.

É em 1995 durante a comemoração de 300 anos de Zumbi dos Palmares que o presidente da república do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, assume a existência do racismo no país firmando o comprometimento do Estado brasileiro em lutar contra a discriminação racial. No ano seguinte é criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, com o objetivo de pensar medidas para combater a discriminação, as então chamadas ações afirmativas. Muitas dessas ações

são propostas pautadas no legislativo por décadas, onde no governo do Presidente Lula muitas são sancionadas. Cria-se a secretaria de promoção à igualdade racial e inicia-se uma política federal de cotas raciais, exemplo de ação afirmativa. É neste contexto político que surge a lei 10.639/2003, instituindo obrigatoriedade no ensino da temática de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Se, um olhar sobre a narrativa das políticas públicas para com as populações negras pode nos revelar que foi por meio das formas da organização dos negros como movimento social em busca de espaço político, ser possível o reconhecimento e a legitimidade de suas causas pelo Estado. O olhar sobre os bens culturais, reivindicados pelo mesmo grupo pode nos indicar sobre quais elementos constituem-se como símbolos da sua identidade.

Para tal movimento recorre-se à produção de uma memória pelo grupo, segundo Pollack(1989), serve para reforçar os sentimentos de pertença e as fronteiras do grupo, ou seja, sua coesão. Esse processo é chamado de enquadramento de memória, ele não pode ser feito arbitrariamente, pois pode colocar a coesão do grupo em risco. Os promotores sociais desse processo são pesquisadores, reinterpretem o passado e procuram por justificativas, perseguindo toda vastidão de rastros objetos materiais, monumentos, instituições ou a cultura imaterial possível para essa construção.

As considerações de Pollack(1989), alertam aos historiadores a importância de um olhar mais atento ao esquecimento nas análises das memórias individuais e coletivas. Nessa perspectiva ele constata, a censura em diversos regimes ditatoriais promoveu o esquecimento por meio do silenciamento. Assim a força e a coesão dos grupos tornam-se mais fáceis de dissolução, pois a censura repressora suas memórias e as silencia.

Pensemos então no discurso da democracia racial muito bem estruturado no Brasil. Esse discurso relevou a mistura das raças e contribuições das mesmas para uma cultura única, a “brasileira”, negando assim o racismo e produzindo por meio de extensa produção intelectual que convergiu em 1930, um enquadramento de memória, produziu a memória nacional. Como explica Sergio Antônio Guimarães:

“Em nosso país o problema é o fato do ideário antirracista de negação da existência de “raças”, fundiu-se rapidamente em uma política de negação do racismo como fenômeno social. Tal ideário combinado com as duas ditaduras engessaram na sociedade civil, contribuem para a perpetuação de um silêncio criminoso sobre as múltiplas violências que atingiram de forma brutal as populações negras.” (GUIMARÃES,1999).

Logo para atuar na contramão desse silêncio parece que destilar essa “mistura” que resultou num produto chamado “Nação Brasileira” é investir em um “Novo Projeto Nação” onde a afirmação da diversidade é o seu princípio.

Nesse processo de destilar, compreender as fronteiras que constituem cada grupo contribui para o reconhecimento dos problemas sociais e das desigualdades enfrentadas e o comprometimento na luta pela diminuição dessas disparidades. Então esses grupos “diversos” buscam construir suas memórias, estruturando sua identidade e contribuindo com esse novo projeto que afirma a identidade brasileira como diversa. Rompendo com o silêncio posto pelo antigo projeto, os atores sociais buscam a formulação de novos enquadramentos de memória para contemplar esses grupos compositores da nação, a mistura não é deixada de lado, mas o destilar torna-se necessário para a sobrevivência dos grupos perante as ameaças sofridas ao longo de sua trajetória. Esse movimento pode representar uma retomada de memória em que os atos de falar e lembrar são essenciais para a preservação do grupo, para o não esquecimento, e a resistência perante um possível silenciamento.

Com esse olhar entendemos o Ofício das baianas do acarajé em seus saberes e fazeres que anunciam um projeto de nação brasileira diversa e consolidam a identidade negra dos afro-brasileiros como grupo social. Assim sendo as estratégias de Educação Patrimonial ao visar à formação de uma consciência patrimonial que é uma reação ao esquecimento parece ser recomendada ao possibilitar essa reflexão.

Sendo assim a reação ao esquecimento dos saberes e fazeres das baianas de acarajé contribui para a preservação de um grupo social e sua memória, para a preservação das práticas tradicionais que constituem esse bem cultural, essas práticas são ameaçadas pelo consumo massivo do acarajé e as ordens sanitárias públicas que não compreendem tal tradição.

Sobre o Ofício das baianas de acarajé

Segundo o dossiê do ofício da baiana do acarajé as primeiras pesquisas que estudaram esse bem se basearam nos relatos das “tias” que tinham esse ofício nos terreiros no início do século XX. Esses estudos apontaram o acarajé como alimento tipicamente africano, pois sendo um bolinho de feijão fradinho frito no azeite de dendê, por vezes levava um molho de pimenta, cebola e camarão. Atualmente o acarajé ganhou novos recheios (vatapá, caruru, entre outros). Embora o acarajé tenha passado por essas e outras ressignificações, os elementos base de sua produção consistem no feijão e a fritura no azeite de dendê. Dois alimentos que refletem a sua influência africana.

Segundo o Dossiê do Ofício das baianas de acarajé o comer feijão é uma tradição antiga africana, embora haja registros datados do século XIII de sua presença na Europa, o comer feijão não fazia parte dos costumes portugueses. Os estudos da antropologia apontam ser, essa cultura culinária incorporada no Brasil, uma herança predominantemente africana. O mesmo pode-se dizer do azeite de dendê, óleo extraído do dendezeiro, palmeira africana trazida para o Brasil e plantada em abundância na região nordeste.

O dendezeiro é uma árvore sagrada para os Iorubas, grupo étnico africano trazido para o Brasil durante a escravidão. A utilização desse azeite é uma marca tradicional na alimentação dos iorubas. Grande parte desse grupo étnico desembarcou nos portos da região nordeste durante a escravidão, a região apresenta até os dias de hoje influência cultural remetente às tradições iorubas. O consumo dos alimentos como o azeite de dendê para esse grupo principalmente fazia parte de amplo universo cultural, representando suas práticas religiosas, saberes e fazeres trazidos de África. Nesse contexto que se insere o acarajé, inicialmente produzido para o universo religioso dos iorubas, remetendo principalmente a oferendas pra Iansã (Oya), orixá representada como símbolo do fogo com suas cores vermelhas, assim como o acarajé quando emergido no azeite de dendê faz lembrar uma bola de fogo, tradução da palavra em ioruba.

Esse alimento feito aos modos tradicionais em que o feijão depois de colocado de molho por alguns dias é moído na colher de pau tornou-se alimento consumido cotidianamente pela população das cidades do nordeste desde o passado até o presente. E as baianas, mulheres negras foram as protagonistas nesse processo, pois eram elas que preparavam o alimento como filhas de santo de Oya e a ofereciam seja nos terreiros, seja nas vendas.

Por isso a importância inicial do traje das baianas. Pois o ato da venda também podia constituir-se como uma obrigação religiosa em que a mesma deveria estar vestida à caráter em respeito a tradição sagrada. As ruas eram os lugares encontrados por essa população negra durante a escravatura. O comércio das comidas de tabuleiro das baianas, em que o acarajé é elemento central, se popularizou e permanece até os dias de hoje nas ruas e restaurantes de várias cidades do Brasil. A permanência dessas tradições em diferentes tempos é significativa para a construção da memória dos afrodescendentes na luta por reconhecimento e espaço político, para que sejam protagonistas da narrativa histórica.

Essa permanência foi possibilitada também pela profunda relação comercial que passou a orientar o ofício das baianas de acarajé, como parte da renda familiar. A mercantilização do acarajé foi determinante para produzir mudanças nessa tradição. A partir de 1970 foi substituído o moinho de pedra pelo elétrico, embora ainda nos terreiros se utiliza o de pedra, mas dificilmente para uso comercial. Incrementou-se novos recheios, fazendo o acarajé ficar conhecido como “acarajé-burguer”. Homens passaram a comercializar o produto, para além das baianas, e segue uma desvinculação desse fazer do universo sagrado o qual ele tradicionalmente se constituiu.

Se por um lado essas mudanças tenderam a expandir o consumo do acarajé, tornando-se símbolo da receptividade baiana, da riqueza cultural brasileira e elemento de atração turística. Por outro gerou processos de tensão entre as produtoras. Essas passam a perder espaço de venda nas ruas, para restaurante, assistem o acarajé que por muito tempo sustentou as famílias dessas mulheres devido à benção dos orixás, sendo profanado por grupos evangélicos, crescentes em Salvador, tentam ao máximo silenciar

a relação do acarajé com o candomblé. Renegam a herança africana e associam o acarajé a outro universo religioso chamam de “o acarajé de Jesus”. Esse processo afasta o protagonismo dos afrodescendentes no passado e toda narrativa construída como parte da memória de um grupo, coloca em risco um projeto de nação diversa.

Foi diante dessa realidade de ameaça a bens culturais e seu ofício que a Associação de baianas de acarajé e mingau do Estado da Bahia, junto ao terreiro Illê Oxé Opô Afonjá e o Centro de estudos Afro-Orientais da Universidade federal da Bahia solicitou o reconhecimento e o registro do ofício das baianas de acarajé como patrimônio cultural em 2002 sendo registrado em 2004. Nesse registro o acarajé é um patrimônio de referência para identidade dos afro-brasileiros e está associado ao culto dos orixás do candomblé indubitavelmente.

Inicialmente a venda do acarajé era feita para pagar as obrigações aos santos, e com o tempo tal relação foi se enfraquecendo, pois a venda das comidas de tabuleiro tornou-se importante fonte para complemento a renda das famílias dessas mulheres negras. A comercialização promoveu a disseminação das comidas de tabuleiros pelo Brasil. Atualmente esses bens culturais vêm sendo apropriados de modo avassalador pelo mercado, nesse processo, não se considera os modos tradicionais envoltos de sacralidade e significados únicos dos saberes e fazeres passados entre as baianas como prática transcendente por gerações.

As produções das comidas baianas mercantilizadas tornam-se mais uma forma de atrair clientes, evidencia-se os elementos dessa identidade negra com base no interesse do público pelo exótico. A relação com o grupo passa a estar permeada por jogos de *Marketing* visando, muitas vezes, encarecer o produto e não promovem a apreciação nem reconhecimento dos saberes e práticas tradicionais.

As demandas de saúde pública atual também invadem as práticas que permeiam esse patrimônio, pois:

[...] o conhecimento reunido no processo que engloba todos os aspectos referentes atividade e sua ritualização: preparação, produção e comercialização dos diversos itens alimentares, entre os quais se destaca o

acarajé; os elementos associados a venda, como a complexa indumentária da baiana, a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam, a natureza informal do comércio e os locais mais costumeiros de venda; os significados atribuídos pela baiana, que também é representativo dos grupos afrodescendentes em outras regiões do Brasil.” (BRASIL, IPHAN, PARECER n°R002/2004 p.03)

Os órgãos públicos de vigilância as ordens sanitárias vigentes no contexto atual, não compreendem tal tradição e acabam arbitrando mudanças sob tais processos, tencionam sobre a informalidade, a preparação na rua no momento e consumo dessas comidas e as vestes das baianas. As baianas sujeitavam-se a aceitação dessas ditas normas sanitárias para garantir a sobrevivência financeira de suas famílias. Essas mulheres carregam nesse fazer uma tradição na qual cada elemento desse processo emerge significados únicos para elas, ao falar de sua ancestralidade, religião e história, veem-se obrigadas a ter que altera-los para não perder seu sustento.

Se considerarmos com Shmidt (2010,p.56) “...a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente”. Inteirar-se sobre os problemas hoje enfrentados em torno do Ofício das baianas de acarajé podem nos conduzir a essa operação, interligar a história dos afro-brasileiros e os perigos enfrentados no presente por essas tradições que envolvem o ofício das baianas é um exercício dessa consciência.

Essa reflexão leva-nos a contextualizar o bem cultural em diferentes tempos, pensando o porquê de sua patrimonialização, torna-se necessário pensar sua relação com a memória de um grupo, bem como a história daquele bem cultural que fala ao grupo de um passado e vive no presente, exercício imprescindível para desenvolver com os estudantes a aprendizagem histórica. Explica Mattozi(2008) os bens culturais como marcas do passado, tudo que exprime a ação humana no tempo, exprimem operações cognitivas de conhecimento, na medida que são anunciadores de informações, afetivas, simbólicas ou estéticas. Todos esses valores podem ser percebidos nessas marcas, estão intimamente ligados ao território em que se produz esse bem cultural. Pois expressa a relação desses valores com as instituições locais, públicas e privadas produzindo assim,

conhecimentos históricos. Por meio da análise dessas relações se promove a aprendizagem histórica, sobretudo quando se utiliza bens culturais originais.

Portanto as problemáticas postas ao ofício das baianas no tempo presente parecem ser então exploráveis no campo da Educação Patrimonial e Educação Histórica, aliados proferem a superação de uma educação bancária, como propôs Monteiro & Machado (2012) o trabalho com o patrimônio cultural pode servir como instrumento de cidadania, na medida em que orienta as ações do indivíduo no coletivo, estimulando-o a intervir em processos que perpassam a identidade. Mobilizar os estudantes a partir da compreensão de uma realidade a qual se envolve a sobrevivência da memória, da identidade e de um grupo, e mais do que isso, de um projeto de nação é um espaço atrativo para o estímulo ao engajamento deles como futuros cidadãos, aspectos que formaram nossos propósitos quando desenvolvemos essa proposta no âmbito das aulas do PROFHISTÓRIA-UFPE a partir do componente curricular Educação Patrimonial ministrado pelo professor Ricardo Pinto Medeiros.

Proposta didática

Pensamos com Matozzi(2008, p.140-141), a História é uma disciplina mais aberta para o trabalho com os bens culturais, e nesse contexto "os professores devem elaborar programas de atividades que considerem as representações de experiências dos estudantes" , considerando seus níveis de maturidade cognitiva, não tão presos aos "manuais didáticos". Primeiro observando sua relação com o tempo e espaço e depois alinhando com os conhecimentos históricos por meio dos meios de estudo e pesquisa histórica. Nessa perspectiva uma de nossas inquietações como docente era a necessidade de trabalhar o processo de redemocratização do Brasil, conteúdo curricular do 9º ano de uma maneira mais ativa, para que os estudantes pudessem vivenciar mais profundamente um contexto de mobilização social tal como foi a esse momento de nossa história. Do emaranhado dessas inquietações surge a proposta que apresentamos a seguir.

Realidade escolar

Essa proposta foi aplicada em uma escola da rede privada de ensino de Recife, em Pernambuco, situada num bairro popular da cidade, com um público composto por filhos(as) de famílias de classe média e baixa. A escola conta com dois prédios de 04 andares, cada. Possui 02 quadras poliesportivas, minicampo de futebol, berçário, laboratório de informática, salas climatizadas, salão de eventos, biblioteca e cantina. Está no mercado há 18 anos. Afirma, em seu projeto político pedagógico, aderir à corrente sócio-interacionista de aprendizagem, é uma escola confessional, evangélica, e oferece o componente Ensino Religioso no currículo.

Aula N°01

Duração: 01 aula (50 minutos).

Recursos: Projetor de imagens.

Objetivos: Analisar as mudanças e permanências nas realidades que envolvem as comidas de rua no Brasil; Identificar a continuidade das mulheres negras e as comidas de tabuleiro na história do Brasil.

Para início de conversa...

O Ofício das Baianas do Acarajé tem uma natureza informal de venda sendo as ruas o principal local de seu comércio, desde o passado até os dias de hoje, além de parecer que os alunos adoram “comer na rua”. Buscamos explorar esse aspecto na condução do trabalho para a pesquisa histórica. Assim o professor pode apresentar o assunto mobilizando os conhecimentos prévios dos alunos: quem já comeu na rua? O que vocês gostam de comer na rua? O que a comida de rua tem de diferente? Ela é mais gostosa? Por quê? O que é bom (confiável, gostoso, prático) de comer na rua? Por quê? Porque comemos na rua? Quais são as principais comidas que encontramos nas ruas da nossa cidade? Comer comida na rua é costume brasileiro? Por quê?.

Com esse último questionamento provocador, é interessante escutar as possíveis respostas dos educandos, e provocá-los na consolidação da argumentação redimensionando o debate para uma narrativa histórica. Com esse fim, apresentamos algumas imagens que abordam o tema no passado e no presente. Sugerimos imagens do Dossiê do Ofício das baianas de acarajé acesso fácil na internet.

QUADRO 1 – ESQUEMA DE ORIENTAÇÃO DOCENTE PARA PERGUNTAS DE PARTIDA

1) Quem são as pessoas que vendem? Descrver: Observar as negras como personagens predominantes nesse contexto.
2) O que vendem? Descrver: Observar pratos, alimentos, sabores, cheiros, etc. <u>Destacar o acarajé.</u>
3) Como vendem? Descrver: Observar roupas, estratégias para atrair o público(falar, gritar, placas, preços etc.) recursos utilizados(mesas, tabuleiros, panelas, etc..)
4) Porque vendem? Formular hipóteses: estabelecer relações com a economia (forma de renda, desemprego), considerar elementos culturais (obrigações religiosas), bem como sociais (as condições de trabalho na rua)
5) Comer comida na rua é costume brasileiro? Por quê? Analisar: apresentar conclusão, com base em argumentos. Acesso a memória individual e coletiva (por meio das imagens)
6) Quais são as comidas de rua mais brasileiras? Por quê? Analisar: apresentar conclusão, com base em argumentos. Acesso à memória individual e coletiva (por meio das imagens).
7) Deveria acabar a venda de comida de na rua? Por quê? Formular hipóteses: apresentar o debate da higienização, mercantilização e preservação para identidade do acarajé.

Aula N°02

Duração: 01 aula (50 minutos).

Recursos: Projetor de imagens.

Objetivos: Conhecer a produção do acarajé a partir do olhar de uma baiana e as tensões que esse fazer enfrenta na atualidade; Compreender o processo de patrimonialização do acarajé; Pesquisar sobre o ofício das baianas de acarajé a partir de situação-problema.

Apresentamos o relato de uma baiana explicando como se faz o acarajé e iniciamos uma discussão mais profunda sobre as problemáticas vivenciadas por elas. Segue o trecho citado no Dossiê 6: Ofício das baianas de acarajé:

Segundo as baianas, o segredo do bom acarajé reside no modo como a massa é preparada e batida na panela, com colher de pau, antes de se fritar cada

porção no dendê fervente. Clarice dos Anjos, explica como prepara seu acarajé: “Bota [o feijão] de molho por duas horas, ele vai inchar e solta toda a palha que estava grudada nele; lava trocando de água até ficar limpo sem uma sujeirinha, porque minha massa é da cor de coco. Pega o feijão, coloca numa peneira e deixa escorrer por cerca de 15 minutos (...) e depois passa [no moinho]. Para cada quilo de feijão, são dois dentes de alho. A massa do acarajé tem que ser massa grossa, porque o acarajé tem que ser leve e crocante (...) Depois você pega e bate duas cebolas pequenas para cada quilo [de feijão], acrescenta na massa e bate bastante até ela ficar como clara de ovo. Bota o azeite para fritar, coloca uma cebola grande porque é o que chama o cliente, o cheiro vai longe e evita que o azeite queime muito rápido. Vai modelando o acarajé (...) e coloca no fogo”.(IPHAN,2005,P.27)

Feito essa reflexão inicial, passemos para a segunda etapa da atividade. Nessa segunda parte procuramos explorar as discussões mais recentes da área de atuação da Educação Patrimonial (Brandão 2003) que visa tirar os educandos da passividade por meio de estratégias desafiadoras capaz de provocar a interação com os indivíduos.

Investimos nessa metodologia com base em problemas, pois concordamos com Behrens (2012) “buscar na realidade um problema procurando identificar as causas e os determinantes contextuais que o caracterizam e levam a investigar as possíveis soluções.”(p.173). A metodologia com base em problemas ao incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento partindo dos problemas da realidade do nosso cotidiano, não só coloca o educando a par dessa realidade e de seus problemas, como o instiga na busca de soluções estimulando sua criatividade, sempre com base na pesquisa, construindo assim um censo crítico e reflexivo, sendo então a partir daí um agente ativo de mudança em seu meio.

Problema para turma 1:

“Suponhamos que vocês todos trabalham como baianas de acarajé, e estão espalhados em várias ruas de alguns bairros da cidade. Porém a prefeitura está desenvolvendo um projeto proibindo a venda das baianas de acarajé e outros alimentos na rua. Este projeto está em votação no site da prefeitura. Sabendo que a maioria da população não tem acesso a internet, 15% é surda, 5% é cega como vocês poderiam organizar uma campanha com panfletos para essa votação não ser aprovada?”

Problema para turma 2:

“Suponhamos que vocês todos são membros da Prefeitura divididos entre os setores mobilidade, saúde, controle urbano e propaganda. Estão desenvolvendo um projeto proibindo a venda das baianas de acarajé e outros alimentos na rua. Este projeto está em votação no site da prefeitura. Sabendo que a maioria da população não tem acesso a internet, 15% é surda, 5% é cega como vocês poderiam organizar uma campanha com panfletos para essa votação não ser aprovada?”

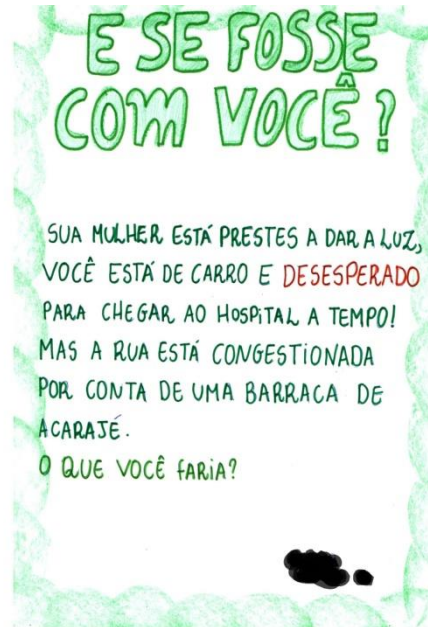
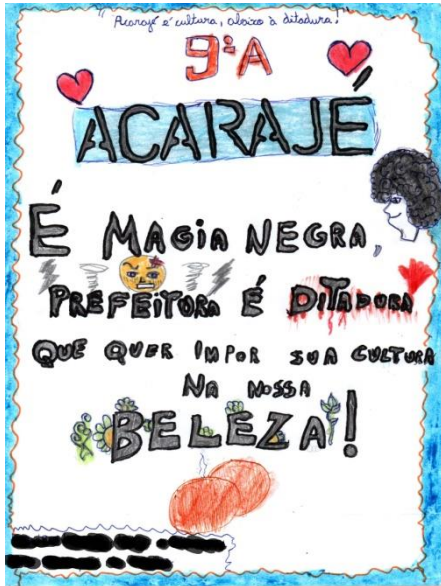
Aula Nº03

Duração: 01 aula (50 minutos).

Recursos: Quadro e piloto.

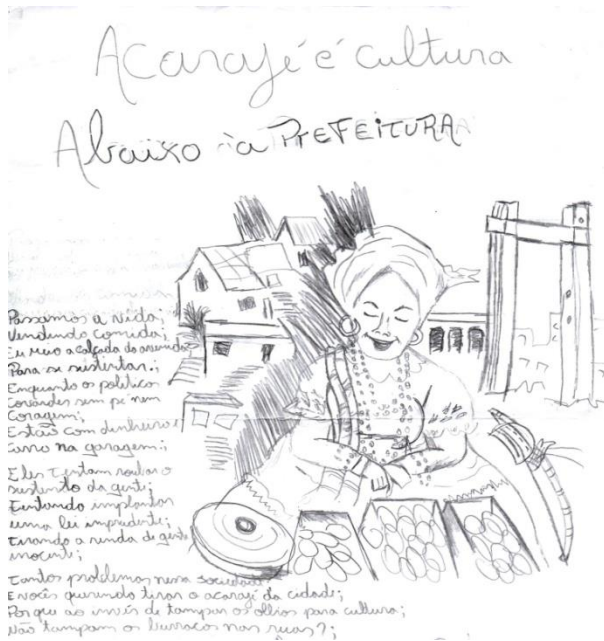
Objetivos: Construir argumentos para uma disputa eleitoral sobre o ofício das baianas; Confeccionar panfletos; Organizar estratégias de campanha.

Os estudantes levaram o problema para casa, cada um a seu jeito buscou recursos e pesquisa para ganhar essa eleição, disponibilizamos 01 aula para organização da campanha. Anunciamos a duração de 15 dias de campanha, o espaço para propaganda eleitoral de 3 minutos no momento devocional da escola, ocorre todos os dias para organizar a entrada dos alunos nas salas sempre após uma oração. Formamos uma comissão eleitoral com 01 representante de cada turma para redigir as regras da campanha. E durante 15 dias a escola foi tomada por panfletos, visita dos estudantes as salas de outras de turmas. Segue os panfletos:



Menina mandando recado e sem palhaçada não quero discussão, nem conversa fiada só deixe a baiana ganhar a sua e vou mandando o 'papo, e sem brincadeira prova do meu tempero que mexe a cidade inteira e veja o acarajé que dá água na boca.

PREFEITURA #ALERTA [redacted]
#VOLTE CERTO! INFORMA!!
OBS: OBSERVAR SE A BAIANA ATENDE A TODAS AS NORMAS DE HIGIENE NECESSARIAS!
#SAÚDE EM LUGAR!
OS CONSUMIDORES PRECISAM FICAR ATENTOS NO MOMENTO DA COMPRA DO ACARAJÉ!
É IMPORTANTE OBSERVAR O AMBIENTE SE FICA PROXIMO DE LOCAIS CONTAMINANTE COMO "ESGOTOS"



PROIBIR é diferente
de REGULAMENTAR

Esteja consciente

SIM do seu bem
estar e a sua saúde

Preze o BOM
Comércio Maria PB

FONTE: Alunos, 9ºano, 2018.



Fique atento e observe se a banana atende a todas as normas de higiene, em muitas vezes o ambiente fica próximo de locais contaminantes!

Uma fritulalção é a loralção do aceite, que quando muito escuro, é prejudicial à nossa saúde, pois adquire um nível de saturação elevado!



O frefaro não é totalmente higienizado, pois as bananas não possuem equipamentos necessários para o mesmo, e elas costumam manusear outros objetos que podem gerar a contaminação!



Certamente, o alarajé te fará engordar. Provavelmente foi fofsur uma grande quantidade de óleo, o que é muito prejudicial à saúde. E um alarajé tem cerca de 350 calorias! Por isso, leve-se no que comer!



Outro fator que leva à a vestimenta bananas, significat elas não estão preparadas para venda, e sem refr uma festividade outra religião!

NÓS NÃO ESTAMOS BATALHANDO PELO

MAS SIM PELA

DAS NOSSAS

E SE FOSSE A SUA!

ACARAJÉ
É CULTURA
ABAIXA A
PREFEITURA!



FONTE: Alunos, 9ºano, 2018.

Uma das turmas representou as baianas de acarajé e outra o poder público. Alunos de outras turmas e os funcionários da escola vivenciaram a campanha promovida pelas duas turmas de 9º ano durante 15 dias e manifestaram-se por meio do voto, numa eleição que simulou uma consulta pública e transformou a escola um laboratório de cidadania. Percebemos entre os estudantes intenso envolvimento para com a atividade didática, apropriação dos argumentos que compõem os embates políticos sobre bem cultural estudado, ressignificados por meio da linguagem artística, e expressos pelos olhares dos estudantes nos panfletos. Durante esse processo as tensões no ambiente escolar foram intensificadas, e registramos a importância do apoio constante do psicólogo da escola sempre realizando conversas com as turmas quando o clima de rivalidade aumentava.

Durante apresentação 30º Simpósio Nacional de história da ANPUH algumas perguntas nos foram feitas por professores interessados em levar essa prática para suas aulas, por exemplo, qual o limite (de positividade e negatividade) dessa atividade já que envolve uma disputa entre estudantes? Como se organizou a questão inclusiva? Como os outros professores lidaram com essa proposta? Na esperança de contribuir para com outros docentes, talvez com mesmas questões salientamos: o apoio da psicologia escolar foi imprescindível para administração das emoções dos estudantes naturais da competição. Sugerimos a produção de uma exposição artística de panfletos, caso o docente não sintasse a vontade em realizar uma eleição. Em relação à questão inclusiva da proposta, os estudantes realizaram a propaganda diária em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e nós tratávamos de vedar os olhos de alguns eleitores, os quais os envolvidos na campanha realizavam atendimentos especiais. Além disso, é importante uma conversa prévia com toda equipe de professores da escola onde todos possam coletivamente decidir a condução do processo eleitoral, definindo posturas, conhecendo o processo, objetivos e métodos da proposta.

Considerações finais

Alguns dias antes da votação, solicitamos dos estudantes a elaboração coletiva de dois discursos para serem apresentados no dia da votação, um caso o resultado fosse de vitória, e outro caso o resultado fosse de derrota. No dia da votação 257 votos foram contados e por 17 votos de diferença a vitória foi da turma que representou as baianas do acarajé. No discurso dos vitoriosos finalizou-se com uma paródia da música “Não deixe o samba morrer” cantaram assim: “Não deixe a cultura morrer, Não deixe a cultura acabar, Acarajé também é cultura, Não deixe o acarajé acabar...VOTE NÃO!” Nos discursos da turma não vencedora destacaram “A gente não se sente perdedores, pois durante toda essa campanha tivemos que defender coisas que não acreditávamos, fomos a luta pela força do argumento, com coragem e quase empatamos numa campanha onde não houve um lado mais forte, e nem um mais fraco!” Encerramos o momento dos discursos com a distribuição de rosas vermelhas dos participantes aos outros estudantes e entre as turmas. Consideramos que muito tem se feito para a contribuir por um ensino da cultura afro-brasileira, mas que ainda há muito para se fazer quando lançamos nossos olhares para uma educação além do viés cultural, e sim pela mobilização do engajamento político dos futuros cidadãos e parece ser nas aulas de história um espaço propício para esse trabalho por meio da educação patrimonial como processo capaz de mobilizar indivíduos e ações coletivas nas causas suas e/ou do outro.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. *Metodologia de aprendizagens baseadas em problemas*. IN: Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações. Ilma Passos Alencastro Veiga (org.).Campinas,SP:Papirus,2012. p.163-187. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras;

Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2014.

BRASIL. IPHAN. . *Ofício das Baianas de Acarajé: Ofício das Baianas de Acarajé*. 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. IPHAN. . **PARECER n°R002/2004**: Processo referente ao registro do ofício das baianas de acarajé. 2004. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34,1999.

LOWENTHAL. David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História. São Paulo (17) Nov. 1998.<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, Identidade, Cidadania: reflexões sobre educação patrimonial. In BARROSO, V.L.M et al.(Orgs.) Ensino de História: Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: Exclamação:Anpuh-RS, 2010, p. 25-37

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MATTOZZI, Ivo. *Currículo de História e educação para o patrimônio. Educação em Revista, Dossiê Práticas de memória e ensino de História*, Belo Horizonte, n. 47, p.135-155, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/09.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2009.

PINTO, Helena. *Os centros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e Patrimonial*. Revista História Hoje, v.5, n. 09, p. 49-75, 2016

POLLAK, Michael. “*Memória, Esquecimento, Silêncio*”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº 3, 1989.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n117, p.2219-146/2002.